

FAMÍLIAS PORTUGUESAS RECORREM A CRÉDITO PARA ALIMENTAÇÃO

CADA VEZ MAIS FAMÍLIAS ESTÃO NA POBREZA E COM TENDÊNCIA A AUMENTAR

PORTUGUESES PAGAM REGALIAS A TODOS OS REQUERENTES DE ASILO

DEFESA NACIONAL - FUNÇÃO DE SOBERANIA

NUNO SIMÕES DE MELO
DEPUTADO

CHEGA LEVOU A DEBATE E INSISTE NA REALIZAÇÃO DO REFERENDO À IMIGRAÇÃO



FN

Folha Nacional



GABINETES AOS MILHÕES

MORDOMIAS DOS MINISTROS CUSTAM

156 MILHÕES

AOS PORTUGUESES

AUMENTO BRUTAL DE GASTOS COM **VIAGENS E ESTADIAS**
DE GOVERNANTES NO OE PARA 2025 P. 02

MORDOMIAS DOS MINISTROS CUSTAM 156 MILHÕES DE EUROS AOS PORTUGUESES



© FOLHA NACIONAL

POR FOLHA NACIONAL

O Governo de Luís Montenegro prevê gastar, em 2025, mais de 156,6 milhões de euros em viagens, configurando assim um aumento de 38%, face aos quase 113,3 milhões de euros previstos para 2024 pelo anterior Governo. De acordo com uma notícia do Correio da Manhã, este Executivo gastará em deslocações e estadias, em 2025, mais 43,3 milhões de euros do que o previsto para 2024.

Analisando o Orçamento do Estado é possível concluir que o ministério com um maior aumento de verbas é o Ministério de Ambiente e Energia, da Ministra Maria da Graça Carvalho, com 8,3 milhões de euros, o que representa mais 213% face a 2024. Segue-se o Ministério da Defesa, de Nuno Melo, com mais 136%, o que equivale ao valor de mais de 31,6 milhões de euros e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, de Ana Mendes Godinho, com mais 110%, portanto, 9,7 milhões de euros. Já o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), de Fernando Alexandre, é aquele

que leva a maior fatia do bolo com 46,8 milhões de euros, ou seja, mais 12% relativamente ao ano anterior. Esta é a verba mais elevada desde 2021 e ao todo, são 11 os ministérios que tiveram um reforço para gastar em deslocações e estadias. A verba destina-se a pagar as deslocações e estadias de funcionários de ministérios,

O CHEGA manifestou uma crítica contundente à atual situação económica, afirmando que “não há dinheiro para baixar os impostos aos portugueses, mas há 156 milhões de euros para gastar em viagens.”

organismos dependentes e órgãos de soberania integrados na rubrica EGE, como a Presidência da República e os tribunais. Em 2023, o Governo de António Costa tinha reservado 113 milhões de euros para gastar em viagens durante o ano de 2024, o que

já configurava um aumento de 8% face ao ano anterior. O Governo da AD, que afirma ser de direita, tem vindo a ser confrontado, principalmente pelo partido CHEGA e pelo seu líder, André Ventura, de governar com políticas socialistas e de não se afastar o suficiente do Partido Socialista. A verdade é que o facto de este Governo conseguir gastar ainda mais em viagens do que um Governo socialista, acaba por dar mais força às declarações de André Ventura. “Há um vício socialista neste governo e ele (o Governo) não consegue desamarrear-se

dele”, afirmou André Ventura. Coincidência ou não, na mesma altura em que são divulgados os aumentos de verbas para as viagens dos ministros, o país tem sido bombardeado com notícias sobre o aumento da pobreza em Portugal.

A Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN) deu o alerta: Portugal já tem mais de dois milhões de portugueses em situação de pobreza e o número não para de aumentar.

A coordenadora da EAPN, Maria José Vicente, disse, em entrevista à SIC Notícias, que é “alarmante” a quantidade de pessoas com rendimentos a baixo dos 591 euros por mês, garantindo que só no último ano “mais 85 mil pessoas” passaram a viver em situação de pobreza.

Contudo, “A EAPN Portugal considera que temos de estar atentos (...) A pobreza não é só uma questão de rendimentos, a pobreza diz respeito a várias dimensões da vida das pessoas”, referiu Maria José Vicente. O aumento dos preços dos bens alimentares, os custos altos da habitação e os baixos salários são alguns dos motivos que mais contribuem para esta realidade.

Segundo notícia avançada pela TVI, as famílias portuguesas recorrem cada vez mais a créditos para pagar os custos da alimentação, sendo esta a primeira área onde as pessoas, em situação de pobreza, tentam reduzir as despesas para poder fazer face a outras contas como a renda e electricidade. De recordar que começamos a entrar na altura do ano em que as pessoas mais custo têm com electricidade e gás, para fazer face ao frio do inverno.

Através das suas redes sociais, o partido CHEGA manifestou uma crítica contundente à atual situação económica, afirmando que “não há dinheiro para baixar os impostos aos portugueses, mas há 156 milhões de euros para gastar em viagens!”.

Esta declaração destaca uma perceção de desvio de prioridades por parte da AD, que, segundo o CHEGA, “parece mais preocupada em preservar as mordomias de seus ministros do que em aliviar a carga fiscal dos cidadãos que enfrentam dificuldades”.

No passado, o CHEGA já apresentou diversas propostas visando acabar com os privilégios dos políticos, um tema que continua a ser central na sua agenda. O Presidente do CHEGA, André Ventura, tem defendido, desde o primeiro dia em que entrou no Parlamento “a redução do número de deputados na Assembleia da República”, argumentando que essa medida ajudaria a “reduzir os salários suportados pelo povo português”.

Uma das bandeiras mais destacadas do CHEGA é a luta contra benefícios que considera imorais, os quais são frequentemente aproveitados por partidos políticos e titulares de cargos públicos.

André Ventura, tem defendido, desde o primeiro dia em que entrou no Parlamento “a redução do número de deputados na Assembleia da República”, argumentando que essa medida ajudaria a “reduzir os salários suportados pelo povo português”.

Esta crítica é apresentada num contexto em que muitos portugueses se sentem excluídos e desvalorizados, enfrentando condições de vida que contrastam fortemente com os privilégios de uma elite política. Assim, o CHEGA procura posicionar-se como a voz dos cidadãos que se sentem injustiçados, prometendo uma mudança significativa na maneira como a política é conduzida em Portugal.

VERBAS POR MINISTÉRIO

Valores para 2025 e percentagem face a 2024

Educação, Ciência e Inovação^a

46 790 045€ +12%

Defesa

31 645 653€ +136%

Juventude e Modernização^b

16 164 994€

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

9 695 477€ +110%

Infraestruturas e Habitação^a

9 038 824€ +103,8%

Ambiente e Energia

8 298 151€ +213%

Negócios Estrangeiros

7 519 552€ -16,6%

Economia

7 072 663€ +142%

a) No Governo anterior eram dois ministérios autónomos

b) No Governo anterior não existia este ministério



© FOLHA NACIONAL

CHEGA LEVOU A DEBATE E INSISTE NA REALIZAÇÃO DO REFERENDO À IMIGRAÇÃO

POR FOLHA NACIONAL

A Assembleia da República debateu, na passada quarta-feira, a proposta do partido CHEGA para a realização de um referendo nacional sobre a imigração.

André Ventura pretende que os cidadãos se pronunciem sobre a introdução de limites anuais à imigração e a criação de quotas que reflitam as necessidades de setores como o turismo e a construção.

O Presidente do CHEGA sustenta que "o país sente a pressão migratória nas suas várias dimensões, na habitação, saúde, segurança e criminalidade, mas também na diversidade e na pressão cultural".

"Portugal deve receber bem aqueles que o procuram, protegê-los e integrá-los na sua economia e no seu crescimento económico. Isto não quer, no entanto, dizer que Portugal possa ficar à mercê de portas completamente abertas, sem qualquer controlo e com um drama que todos os dias aumenta e se intensifica em muitas das nossas regiões", acrescentou em declarações aos jornalistas.

A proposta tem gerado controvérsia, com André Ventura a sublinhar que a medida é "incontornável" e deve ser alvo de consulta popular. Na abertura do debate, a deputada do CHEGA Vanessa Barata defendeu que "o au-

mento insustentável das chegadas irregulares de imigrantes justifica que se pense fora da caixa", fazendo uma referência clara ao referendo proposto pelo partido, desafiando os restantes partidos a acompanhar a proposta do CHEGA dizendo que "se os partidos em representação do povo não tiverem receio do mesmo, vão acompanhar a nossa proposta".

Terminada a apresentação da proposta o plenário ficou em silêncio sem qualquer tipo de inscrição dos restantes partidos e já com André Ventura no púlpito, para fechar o debate, é que CDS se inscreveu, numa clara tentativa de voltar atrás no boicote que a extrema-esquerda se preparava para fazer ao debate. Boicote que ficou claro com as palavras do deputado António Filipe do PCP, que acabou por intervir, quando disse que "o objetivo era deixar o CHEGA a falar sozinho".

A deputada do CHEGA, Cristina Rodrigues, pediu a palavra para relembrar as palavras de Giorgia Meloni, primeira-ministra italiana, que disse que "os imigrantes ilegais são inimigos dos imigrantes legais", aproveitando ainda para questionar a bancada do PSD sobre os valores que os portugueses gastam com os pedidos de asilo. "Quanto do dinheiro dos portugueses é gasto com os pedidos de asi-

lo?", questionou a deputada. No encerramento do debate, o Presidente do CHEGA, André Ventura, desafiou o PSD a voltar à "essência da Direita e ao combate à imigração ilegal". Perante as críticas vindas dos outros partidos, ao referendo proposto pelo CHEGA, André Ventura retaliou dizendo que tem "uma certeza sobre este parlamento. Da extrema-esquerda ao liberalismo inconsciente, na hora da verdade,

André Ventura retaliou dizendo que tem "uma certeza sobre este parlamento. Da extrema-esquerda ao liberalismo inconsciente, na hora da verdade, ninguém tem coragem de dar a palavra aos portugueses sobre imigração".

ninguém tem coragem de dar a palavra aos portugueses sobre imigração".

Para encerrar o debate, André Ventura voltou a defender os emigrantes portugueses, que têm sido comparados com os imigrantes que chegam a Portugal e deixou explícita a prioridade do CHEGA: "Para nós será sempre Portugal primeiro e os portugueses primeiro", disse.



EDITORIAL

por RICARDO DIAS PINTO
SVDIRETOR DO FOLHA NACIONAL

A MENTIRA TEM "PERNA CURTA" ...

Todos assistimos ao episódio que foi protagonizado por André Ventura, presidente do Partido CHEGA e pelo Primeiro Ministro de Portugal, Luís Montenegro.

A bem da verdade, porque essa é apenas uma, é bom entender alguns factos em torno de tudo isto:

As cinco reuniões terão mesmo acontecido, já que por um lado o Senhor Primeiro-Ministro acaba não as contestando, e ademais seria certamente muito fácil provar, entre outras coisas prováveis pelo testemunho dos motorista e segurança que sempre acompanham André Ventura, e assim certamente o terão feito na deslocação à residência oficial em S. Bento;

André Ventura, apenas revela estas reuniões e o seu propósito, em reação a uma entrevista em que Luís Montenegro destrata vergonhosamente o CHEGA, o seu Líder e assim 1,2 milhões de portugueses que votaram neste partido nas últimas legislativas;

Perante a revelação da primeira parte do que estava em cima da mesa, na TVI/CNN, o Primeiro-Ministro foi lesto a responde na rede "X", afirmando ser uma mentira motivada por desespero, imagine-se...

Porém, quando numa grande entrevista ao Canal "Now", André Ventura abre mais o jogo, Luís Montenegro, por alguma razão, opta por não voltar a desmentir.

Perante os factos, e depois de diversos comentadores e jornalistas terem sido parciais na análise, sem, contudo, estarem de posse dos elementos todos, André Ventura desafia o Primeiro-Ministro a processá-lo, por forma a que no local certo, pudesse apresentar as provas do que disse. A esse repto, Luís Montenegro mantém o silêncio, afirmando apenas que o seu foco não está nesse hipotético processo legal...

Pelo meio, Pedro Nuno Santos levanta uma questão importante: Será que para repetir um "não é não", agora a propósito do Orçamento de Estado e de um eventual futuro acordo de Governo, não bastaria uma única dessas cinco reuniões?...

Pelo impasse, é caso para dizer: agora pensem!

Certo é que mentir aos portugueses é uma prática que deve ser penalizada em eleições num exercício que deve ser de memória efectiva e de longa duração.

ANDRÉ VENTURA DIZ QUE "FICOU CLARO" QUEM DIZ A VERDADE E QUEM MENTE

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O líder do CHEGA afirmou ter provas dos cinco encontros com o primeiro-ministro para negociar o Orçamento do Estado, estando disposto a apresentá-las em tribunal, defendendo que "ficou claro" quem diz a verdade. Em conferência de imprensa na sede do CHEGA, em Lisboa, André Ventura voltou a dizer que teve cinco reuniões com o primeiro-ministro, que não foram tornadas públicas na altura, nas quais foi abordado o Orçamento do Estado para 2025 (OE2025). A primeira decorreu a 15 de julho e a última a 23 de setembro.

O líder do CHEGA disse que quatro aconteceram na residência oficial do primeiro-ministro e outra fora de São Bento, não concretizando onde. O presidente do CHEGA disse que estes encontros não foram desmentidos por Luís Montenegro e que tem provas de que aconteceram e do que foi discutido. "Eu não tenho por hábito mostrar coisas privadas", afirmou, indicando que só divulgará as provas em tribunal porque "são elementos privados que só podem ser revelados em juízo e se o primeiro-ministro disser que eles são falsos eles estarão em juízo para serem avaliados".

Através de uma publicação divulgada na rede social X (antigo Twitter), André Ventura desafiou o primeiro-ministro a processá-lo para poder "tornar públicas, no sítio certo, as provas" que diz ter, afirmando que quer que a sua imunidade parlamentar seja levantada para que tal possa acontecer. "Se chegar a isso eu tenho toda a disponibilidade para as apresentar. Agora, gostava sinceramente que o primeiro-ministro viesse dizer que isto é falso, porque se não o diz, então eu acho que o país inteiro fica convencido do que é que aconteceu", sustentou.



Questionado sobre o acordo que disse que o primeiro-ministro lhe propôs e que Luís Montenegro nega, André Ventura defendeu que se o chefe de Governo "não

Em conferência de imprensa na sede do CHEGA, em Lisboa, André Ventura voltou a dizer que teve cinco reuniões com o primeiro-ministro, que não foram tornadas públicas na altura, nas quais foi abordado o Orçamento do Estado para 2025 (OE2025).

desmente cinco reuniões, é porque estava a tratar de um acordo". "Eu já disse várias verdades, o número de reuniões, a data das reuniões [...]. Eu acho que na balança dos valores ficou claro quem é que está a falar a verdade. Se o primeiro-ministro achar que eu não estou a falar a verdade, diz 'ele não está a falar a verdade e eu vou processá-lo por isso'", salientou, acusando Montenegro de faltar à verdade. Ventura disse também que o "CHEGA só se pôs fora das negociações quando percebeu que o Governo não estava a negociar a sério" consigo, mas com o PS.

PORTUGUESES PAGAM REGALIAS A TODOS OS REQUERENTES DE ASILO

FONTE: FOLHA NACIONAL

O número de pedidos de asilo tem aumentado exponencialmente na União Europeia (UE) e no nosso país também. No último ano a UE recebeu mais de um milhão de pedidos de asilo e em 2022 Portugal tornou-se no país da UE com maior taxa de decisões positivas por cada 100 pedidos. Na verdade, não é de admirar, já que, segundo a Lei do Asilo, estes requerentes mesmo que vejam o seu pedido ser-lhes negado, basta fazerem recurso da decisão para que o nosso Estado fique obrigado a assegurar-lhes alojamento, alimentação, apoios sociais para outras despesas como vestuário, transportes, etc. Como os requerentes de asilo podem fazer recurso da decisão várias vezes, significa que conseguem ficar vários anos no nosso país nesta situação. São milhares de euros que o Estado português gasta com estes migrantes, sendo que tudo isto é pago com o dinheiro dos contribuintes.

Temos famílias portuguesas com imensa dificuldade em pagar casa, idosos que têm de escolher entre comer e comprar medicamentos, jovens que têm de abandonar o país para consegui-

Segundo a Lei do Asilo, estes requerentes mesmo que vejam o seu pedido ser-lhes negado, basta fazerem recurso da decisão para que o nosso Estado fique obrigado a assegurar-lhes alojamento, alimentação, apoios sociais para outras despesas como vestuário, transportes, etc.

rem uma vida melhor... e depois suportamos todas as despesas de pessoas que não são de cá, nunca contribuíram para o nosso país e ainda por cima as entidades oficiais já decidiram, pelo menos uma vez, que não são verdadeiros requerentes de asilo. A deputada do CHEGA, Cristina Rodrigues, durante uma sessão plenária, denunciou esta situação, acusando ainda a esquerda de "promover o tráfico de seres humanos e as máfias que vivem à custa dele".

CPI: PGR REJEITA ENVIAR CARTAS ROGATÓRIAS PARA O BRASIL PARA OUVIR PAI DAS GÊMEAS



FONTE: LUSA TÍTULO: FN

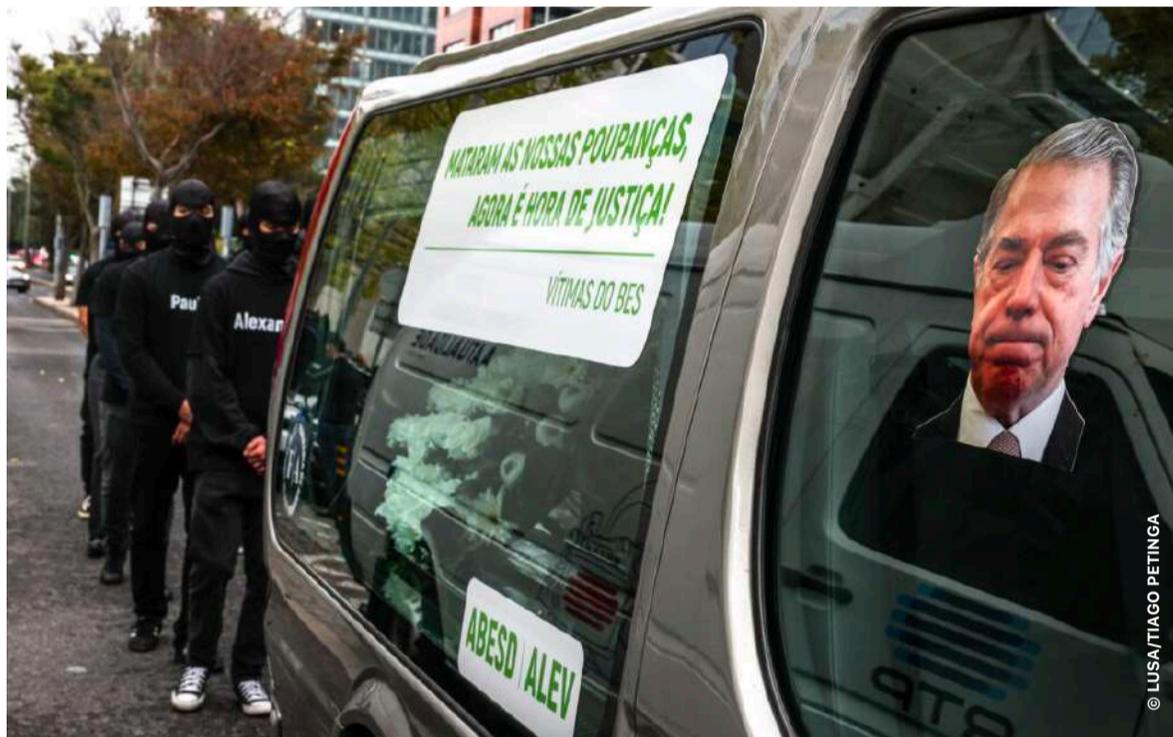
O Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República (PGR) rejeitou enviar cartas rogatórias para o Brasil visando a audição do pai das gémeas luso-brasileiras e da companheira do filho do Presidente da República, após pedidos da comissão parlamentar de inquérito. De acordo com um parecer assinado pela ex-PGR Lucília Gago, ao qual a Lusa teve acesso, o inquérito parlamentar não tem poderes judiciais.

No documento de 91 páginas, que foi solicitado por Lucília Gago "com urgência" em setembro, a PGR sustenta que entre Portugal e

O presidente da CPI indicou que "alguns dos argumentos" utilizados no parecer da PGR "são completamente absurdos", quando o objetivo do pedido da comissão é "localizar testemunhas".

Brasil "não vigora nenhuma convenção internacional, bilateral ou multilateral, que preveja a extensão dos instrumentos de cooperação judiciária aos inquiridos parlamentares e aos poderes da investigação das comissões que os levam a cabo". O presidente da comissão parlamentar de inquérito, Rui Paulo Sousa, disse à Lusa que o espírito de colaboração da PGR "foi completamente ignorado". "Tem sido ignorado desde o último parecer, no qual o PGR adjunto deu um parecer favorável, falo sobre a questão comunicações -- WhatsApp, etc. --, e depois mais tarde um novo parecer da própria PGR, onde diz tudo o contrário do parecer original. [...] Agora, dizem que não satisfazem o nosso pedido", realçou. O também deputado do CHEGA indicou que "alguns dos argumentos" utilizados no parecer da PGR "são completamente absurdos", quando o objetivo do pedido da comissão é "localizar testemunhas". Rui Paulo Sousa condenou ainda a justificação que a PGR dá ao não reconhecer o papel das comissões parlamentares de inquérito, dizendo que "gozam de poderes de investigação das autoridades judiciais".

PROTESTO COM CARRO FUNERÁRIO JUNTO AO TRIBUNAL PARA RECEBER SALGADO



FONTE: LUSA TÍTULO: FN

Representantes dos lesados do Banco Espírito Santo estiveram em protesto junto ao Campus de Justiça, em Lisboa, com um carro funerário onde colocaram uma fotografia de Ricardo Salgado, na terça-feira, dia do início do julgamento do caso BES.

Além da fotografia, podia ler-se no mesmo carro funerário, usado como forma de protesto: "Mataram as nossas poupanças, agora é hora de justiça". Atrás da carrinha estavam 16 pessoas vestidas de preto e de cara tapada com os nomes de lesados do BES, que já morreram, estampados nas camisolas.

Em declarações à agência Lusa, o presidente da Associação de Defesa de Clientes Bancários (ABESD), Francisco Carvalho, afirmou que a iniciativa tem como simbologia "chamar a atenção para as 1.900 vítimas que não tiveram qualquer tipo de solução". "São vítimas que perderam as poupanças de uma vida, porque acreditaram em duas entidades, a entidade do Banco Espírito Santo e a do Estado português, em que Portugal era um dos países mais seguros para fazer as suas poupanças, as suas aplicações, os

seus depósitos. [...] E o Estado não conseguiu assegurar essa boa supervisão e o Banco Espírito Santo cometeu um dos maiores crimes da história financeira portuguesa", disse. De acordo com Francisco Carvalho, o julgamento "é o reacender de uma esperança".

Francisco Carvalho afirmou que a iniciativa tem como simbologia "chamar a atenção para as 1.900 vítimas que não tiveram qualquer tipo de solução". "São vítimas que perderam as poupanças de uma vida"

"Nós acreditamos que a justiça pode ser lenta, mas é profunda. Acreditamos muito na justiça portuguesa. Acreditamos neste tribunal, em qualquer tribunal e estamos confortáveis, mas não podemos deixar de mostrar a nossa presença, usar a presença dos jornalistas como mediadores entre as vítimas, a sociedade civil e o país, porque isto é irrepetível. Isto começou há 14 anos, em que havia uma instituição perfeitamente podre e ninguém

sabia", precisou. A defesa de Ricardo Salgado pediu ao tribunal para extinguir ou suspender o processo criminal contra o ex-presidente do Banco Espírito Santo devido ao diagnóstico de Alzheimer, alegando que este mantém os direitos de defesa, pedido que foi recusado. O julgamento do processo BES/GES ocorreu no Juízo Central Criminal de Lisboa, 10 anos após o colapso do Grupo Espírito Santo (GES), num caso com mais de 300 crimes e 18 arguidos, incluindo o ex-banqueiro Ricardo Salgado. O antigo presidente do BES, Ricardo Salgado, é o principal arguido do caso BES/GES e responde em tribunal por 62 crimes, alegadamente praticados entre 2009 e 2014. Entre os crimes imputados contam-se um de associação criminosa, 12 de corrupção ativa no setor privado, 29 de burla qualificada, cinco de infidelidade, um de manipulação de mercado, sete de branqueamento de capitais e sete de falsificação de documentos. Além de Ricardo Salgado, estão também em julgamento outros 17 arguidos. Segundo o Ministério Público, a derrocada do GES terá causado prejuízos superiores a 11,8 mil milhões de euros.

CADA VEZ MAIS FAMÍLIAS ESTÃO NA POBREZA E COM TENDÊNCIA A AUMENTAR

FONTE: FOLHA NACIONAL

Cada vez há mais famílias na pobreza a pedir ajuda, sendo que a maior parte dos pedidos são realizados por portugueses em idade ativa, mas que mesmo trabalhando não têm rendimentos suficientes para viver. O número de idosos a pedir ajuda também tem vindo a aumentar. A SIC avançou, na segunda-feira, que a organização não governamental AMI (Assistência Médica Internacional) tem recebido cada vez mais pedidos de ajuda e que, só no primeiro trimestre do ano, a fundação ajudou quase 7.000 pessoas, um aumento de 5% em relação ao ano passado, e a tendência é para aumentar. Os fatores que mais contribuem para esta situação são os baixos salários, a habitação cara e a inflação. "É bastante preocupante. Estamos a falar de famílias com cada vez mais dificuldade em conseguir suprir as necessidades. O preço da habitação torna praticamente impossível a gestão do orçamento familiar (...)", afirma Paulo Pereira, diretor do Centro Porta Amiga da AMI. Dentro das cidades onde se observa um maior número de pedidos estão Lisboa, Porto e Coimbra.

ASSOCIAÇÃO APELA A MAIS INVESTIMENTO NOS CUIDADOS PALIATIVOS

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

A Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos (APCP) apelou a um maior investimento nesta área, pedindo que deixe de ser vista como um privilégio e que quem precisa tenha acesso atempado, em qualquer região do país. Em declarações à agência Lusa a propósito do Dia Mundial dos Cuidados Paliativos, a presidente da APCP, Catarina Pazes, reconheceu que esta área continua a ser considerada como um luxo, pois a dificuldade de acesso é grande e há muita assimetria na oferta. "Continua a ser, para uns, uma coisa desconhecida (...). Para outros, quem já conhece, é uma exigência natural, mas, infelizmente, (...) havendo uma assimetria ainda tão vincada no acesso, acaba por ser visto como um privilégio ou um luxo", afirmou. Estima-se que, em Portugal, mais de 100 mil pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos, precisam de cuidados paliativos, mas cerca de 70% não têm acesso. Um relatório recente concluiu que, no ano passado, quase metade dos utentes referenciados para unidades de cuidados paliativos morreram à espera de vaga.

POLÍCIAS PROMETEM VOLTAR AOS PROTESTOS NA VOTAÇÃO DO OE2025

FONTE: FOLHA NACIONAL

Depois de uma minoria de sindicatos aceitar realizar um acordo com o Governo, cinco sindicatos da PSP juntaram-se, numa coligação, para marcar presença nas galerias do Parlamento, nos dias em que se irá discutir o Orçamento do Estado (OE2025). Luís Montenegro, que tinha afirmado "nem mais um cêntimo" em relação às reivindicações dos polícias, realizou um acordo com três sindicatos da PSP. O Sindicato Nacional da Polícia acredita que todas as forças de segurança deveriam receber aumentos, sem fazer distinções. "Caminhamos para a extinção da polícia por falta de elementos, porque não há uma valorização", afirmou Armando Ferreira, Presidente do Sindicato Nacional da polícia, à SIC. A coligação de sindicatos da PSP continua a exigir um aumento do suplemento de risco, prometendo protestar durante as votações do OE2025. Após ter sido dada, no presente mês, autorização aos Bombeiros para entrarem no edifício da Assembleia da República com as suas fardas, os polícias admitem que essa também é uma possibilidade.

PORTUGAL PROMETE PRR EM VELOCIDADE DE EXECUÇÃO E FINANÇAS SUSTENTÁVEIS

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O Governo prometeu à Comissão Europeia, no primeiro plano ao abrigo das novas regras orçamentais comunitárias, um Plano de Recuperação e Resiliência em "velocidade de execução acrescida" e finanças sustentáveis, apesar do "desafio especial" da reformada governação económica. "O novo quadro de governação económica da UE [União Europeia] terá consequências decisivas na definição das políticas a nível nacional. Dada a necessidade de garantir uma efetiva integração e coordenação das políticas aos mais diversos níveis, é necessário maximizar

o impacto económico e social dos fundos públicos, sejam eles europeus ou nacionais e, como tal, o Plano de Recuperação e Resiliência [PRR] continuará com uma velocidade de execução acrescida", assegura o Executivo no documento. Em causa está o primeiro plano orçamental a médio prazo com objetivos para despesas e investimentos e reformas agora enviado por Lisboa a Bruxelas, ao abrigo das novas regras orçamentais da UE, no qual se garante um alinhamento "com a estratégia macroeconómica e a política orçamental delineadas no programa do Governo, com o objetivo de

aumentar a produtividade e a competitividade, assegurando simultaneamente a sustentabilidade das finanças públicas". Entre as prioridades destacadas no plano estão a inovação, a eficiência e a sustentabilidade ambiental, tendo desde logo em conta as recomendações específicas do executivo comunitário a Portugal, o que passa por exemplo por medidas como aumentar o salário mínimo nacional para 1.020 euros em 2028, definir um plano estratégico nacional para a natalidade e a longevidade e assegurar o acesso universal e gratuito a creches e ao ensino pré-escolar.



© FOLHA NACIONAL

AGÊNCIA DE ENERGIA PREVÊ DIMINUIÇÃO DA PROCURA DE PETRÓLEO



FONTE: LUSA

A Agência Internacional de Energia (AIE) prevê uma desaceleração da procura de petróleo em 2024 e 2025, essencialmente devido à queda na China. No relatório mensal publicado na terça-feira, a agência, que depende da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), sustentou que a procura no ano em curso aumentará 900.000 barris por dia, enquanto para 2025 estabeleceu que crescerá quase um

milhão de barris. A China está na origem desta desaceleração da procura, uma vez que 20% da mesma será proveniente deste país, contra 70% no ano passado, refere a AIE. Do lado da oferta, a agência indicou que caiu 640.000 barris por dia para 102,8 milhões de barris. A contração da oferta foi motivada pela instabilidade política na Líbia, que perturbou a produção e as exportações. Foi igualmente afetada pelos trabalhos de manutenção de

certos campos petrolíferos no Cazaquistão e na Noruega, que obrigaram a cortes de produção nestes dois países. Paralelamente, fora dos países que compõem o cartel da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), registou-se um aumento da produção de cerca de 1,5 milhões de barris por dia, principalmente nas Américas, de onde provém 80% da produção mundial de petróleo. "As margens de refinação caíram ainda mais em setembro, com a deterioração dos preços da gasolina, dos aviões e do gasóleo, enquanto os preços do petróleo bruto melhoraram num mercado relativamente mais apertado",

"As margens de refinação caíram ainda mais em setembro, com a deterioração dos preços da gasolina, dos aviões e do gasóleo, enquanto os preços do petróleo bruto melhoraram num mercado relativamente mais apertado", acrescentou.

acrescentou. Os preços caíram em setembro para os níveis mais baixos dos últimos anos, devido à perspectiva de um mercado bem abastecido em 2025.

FAMÍLIAS PORTUGUESAS RECORREM A CRÉDITO PARA ALIMENTAÇÃO

FONTE: FOLHA NACIONAL

O número de famílias portuguesas que recorrem a créditos para pagar despesas essenciais, como as compras do supermercado, está a aumentar significativamente. A TVI avançou que, segundo um relatório recente, cada vez mais pessoas utilizam o crédito ao consumo para fazer face às despesas mensais, numa altura em que a inflação continua a pressionar os orçamentos familiares. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), os preços estão 16,2% acima dos valores de 2021, incluindo os produtos energéticos que aumentaram 15,3% e a conta do supermercado está 27% mais cara. Com o aumento dos preços dos bens alimentares e dos produtos essenciais, muitas famílias encontram-se numa situação financeira crítica, sem conseguir equilibrar os rendimentos com os custos de vida. Esta situação tem levado a um crescimento do recurso a créditos, uma solução vista por muitos como uma medida de última instância para cobrir as despesas básicas.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), os preços estão 16,2% acima dos valores de 2021, tendo em conta que os produtos energéticos aumentaram 15,3% e a conta do supermercado está 27% mais cara.

Especialistas alertam para os riscos deste comportamento, sublinhando que o aumento da dependência de crédito pode agravar a situação financeira das famílias no longo prazo. O endividamento excessivo, aliado a uma possível subida das taxas de juro, poderá deixar muitas famílias numa situação de sobre-endividamento, tornando ainda mais difícil a recuperação financeira. Além disso, organizações de apoio social têm registado um aumento dos pedidos de ajuda por parte de famílias que não conseguem fazer face às despesas diárias.

ITÁLIA DÁ EXEMPLO À UE EM MATÉRIA DE IMIGRAÇÃO

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

A primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, congratulou-se na terça-feira com a posição assumida pela presidente da Comissão Europeia, que defendeu a criação de centros de acolhimento e processamento de migrantes irregulares em países fora da União Europeia. "É um caminho novo, corajoso e sem precedentes, mas que reflete perfeitamente o espírito europeu e deve ser empreendido também por outros países fora da União Europeia (UE)", disse em declarações no Senado. Uma reunião informal, por iniciativa de Itália, terá lugar em Bruxelas à margem da cimeira sobre migrações, reunindo os países mais interessados na questão migratória, acrescentou Meloni. "A Itália deu um bom exemplo ao assinar o protocolo Itália-Albânia (...). Dedicamos mais tempo para garantir que tudo é feito da melhor forma possível e estamos satisfeitos com os resultados deste trabalho", sublinhou. "Estou orgulhosa por a Itália se ter tornado um exemplo a seguir deste ponto de vista", adiantou Meloni, referindo-se ao interesse dos governos francês, alemão, sueco e britânico na política italiana de gestão dos fluxos migratórios. O governo de Giorgia Meloni, de direita radical, assinou um acordo com Tirana no final de 2023 que prevê a criação de dois centros na Albânia, a partir dos quais os migrantes podem pedir asilo. De acordo com os dados da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira, Frontex, as rotas dos Balcãs Ocidentais e do Mediterrâneo Central (para Itália) registaram quebras, respetivamente 79%, para quase 17 mil, e 64%, para as 47.710 travessias irregulares da fronteira externa.



©FACEBOOK | GIORGIA MELONI



OPINIÃO

por NUNO SIMÕES DE MELO | DEPUTADO

DEFESA NACIONAL - FUNÇÃO DE SOBERANIA

São cinco as Funções de Soberania: Negócios Estrangeiros, Finanças, Justiça, Segurança Interna e Defesa Nacional. Estas são, das funções do Estado, as que não se podem externalizar e, como tal, não se podem privatizar. Como pode o estado fornecer os recursos para garantir a Defesa Nacional?

Hoje abordo os recursos humanos. Noutro artigo abordarei os recursos materiais e financeiros.

No que se refere aos recursos humanos, há duas formas de serem garantidos: a conscrição (serviço militar obrigatório e universal), ou o serviço voluntário (emanando de cada indivíduo o desejo de garantir a defesa da Nação, com a qual estabeleceu um vínculo moral e inquebrável). O primeiro modelo advém da Revolução Francesa, do conceito da Nação em Armas ("Armez les citoyens! Formez les bataillons!" - da Marselhesa), num apelo revolucionário, não só da defesa da nação, mas, sobretudo, da expansão de uma ideia e de um modelo progressista da sociedade, de corte com o passado e com a tradição.

Já o segundo modelo, assente na liberdade individual e no princípio de que os indivíduos criam um vínculo moral e afetivo, primeiro com a família e, depois, com a nação, leva-nos ao espírito da Magna Carta e das democracias como as entendemos no Ocidente.

Numa Pátria de quase 900 anos, qual o modelo que melhor se aplicaria?

Se no primeiro modelo temos a certeza de que as necessidades de efetivos seriam supridas e que o vínculo da Instituição Militar à Pátria não seria quebrado, já não teríamos a certeza de que a vontade de combater e o moral existissem ou fossem elevados. Garantir-se-ia a defesa da nação? Quanto ao segundo modelo, assente em voluntários, garante-se o moral e a vontade, mas garantir-se-ão os efetivos necessários?

E como será em termos de custos?

A resposta não fica dada, mas fica lançado o desafio para se discutir entre nós o assunto. Independentemente da opinião de cada um, e eu tenho a minha, estou certo de que chegaremos à que for melhor para Portugal e para os Portugueses!

IRÃO AGRAVA LEI CONTRA MULHERES QUE SE RECUSEM A USAR O VÉU

FONTE: LUSA

A organização Human Rights Watch (HRW) denunciou esta segunda-feira o projeto-lei iraniano que agrava as sentenças das mulheres que não usem o véu islâmico considerando que se vai verificar "resistência" contra as autoridades. Em vez de aceitar o movimento cívico que pede reformas, o regime iraniano responde de forma autocrática silenciando as mulheres com "leis de indumentária mais repressivas", acusa em comunicado a investigadora da HRW para o Irão, Nahid Naghshbandi. A lei castiga com penas até cinco anos de prisão a falta de uso do véu. A legislação foi aprovada pelo Parlamento do Irão em 2023 e ratificada no passado mês de setembro pelo Conselho de Guardiães, o organismo que propõe, aprova ou veta a lei sobre indumentária. A lei que vai endurecer o controlo governamental sobre a vida das mulheres prevê também, além de multas e penas de prisão, o encerramento de estabelecimentos comerciais ou instituições das iranianas que "não respeitem" a nova ordem. Outras medidas são as retenções salariais e proibição de viagens.

NOVAS REGRAS PARA 28 MILHÕES DE TRABALHADORES DAS PLATAFORMAS DIGITAIS



FONTE: LUSA

O Conselho da União Europeia (UE) adotou novas regras comunitárias para melhorar as condições de trabalho dos mais de 28 milhões de trabalhadores de plataformas digitais de trabalho, como Uber ou Glovo, concedendo-lhes direitos laborais. Em comunicado, o Conselho da UE indica que, após quase três anos de discussões entre os eurodeputados e os Estados-membros após proposta da Comissão, adotou então a nova legislação relativa ao trabalho em plataformas eletrónicas, que terá agora de ser formalizada e entrará em vigor após a sua publicação no Jornal Oficial da União. Os Estados-membros têm depois dois anos para incorporar as disposições da diretiva na sua legislação nacional.

GOVERNO FRANCÊS QUER APROVAR NOVA LEI DE IMIGRAÇÃO

FONTE: LUSA

O Governo francês anunciou que pretende apresentar ao parlamento uma nova lei sobre a imigração no início de 2025, quando a União Europeia (UE) está a ponderar reforçar ainda mais a sua política de migração. "Será necessária uma nova lei", nomeadamente para permitir "o alargamento do período de detenção em centros de retenção administrativos" de estrangeiros ilegais considerados perigosos, declarou uma porta-voz do Governo, Maud Bregeon. Uma das opções previstas é aumentar o período máximo de detenção de 90 para 210 dias, o que atualmente só é possível em caso de crimes ligados ao terrorismo. "Não temos impedimentos em pensar noutros acordos", acrescentou a porta-voz, julgando que não deveria haver "nenhum tabu em termos de proteção dos franceses". O executivo quer que este texto chegue ao parlamento francês "no início de 2025". O novo ministro do Interior, Bruno Retailleau, uma figura da direita conservadora e de linha dura em relação à imigração, em 23 de setembro, defendeu que "a imigração em massa não é uma oportunidade para França".

PUBLICADO DIPLOMA QUE LIMITA COMISSÕES BANCÁRIAS EM TRANSFERÊNCIAS IMEDIATAS

O decreto-lei que limita as comissões bancárias nas transferências imediatas foi publicado em Diário da República e entra em vigor a 21 de outubro. O decreto-lei publicado limita a 0,2% sobre o valor da operação as comissões que um banco pode cobrar nas transferências imediatas, em que se incluem as transferências feitas em aplicações como MB Way. Quando o legislador nada refere quanto ao momento da entrada em vigor, o prazo é de cinco dias após a publicação do diploma.

TRUMP E KAMALA EMPATADOS NAS SONDAGENS

As sondagens mostram que Trump e Kamala estão praticamente empatados na corrida pela Casa Branca, com a eleição a ser possivelmente decidida em estados-chave como a Pensilvânia. Em entrevista à agência Lusa e à SIC, na Filadélfia, no estado da Pensilvânia, onde vive atualmente, Nuno Garoupa frisou que a inflação, a economia e a imigração ilegal são os problemas que mais preocupam os norte-americanos, que esperam ouvir dos candidatos os seus planos para reverter as tendências atuais.

AR DEBATEU RECONHECIMENTO DAS ELEIÇÕES VENEZUELANAS

O Parlamento debateu na quarta-feira o reconhecimento, por parte de Portugal, das eleições presidenciais venezuelanas, ocorridas a 28 de julho. Apesar do partido de Edmundo Urrutia afirmar que houve fraude eleitoral, as autoridades no poder deram a vitória a Nicolás Maduro. Foram apresentados projetos do CHEGA, IL, PSD, BE, Livre e PCP, ficando os comunistas sozinhos a contrariar os pedidos de não reconhecimento destas eleições. Manuel Magno, deputado do CHEGA, afirmou em plenário que "Portugal não pode ser conivente pela burla de Maduro na Venezuela".



© FOLHA NACIONAL

PORTUGAL REAL

CHEGA EM LOURES RECOMENDA PLANO DE EVACUAÇÃO EM CASO DE SISMO



© CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

Portugal é um país de risco sísmico moderado, embora tenha a particularidade de ser suscetível a ocorrências significativas, como demonstra o seu registo histórico. A Região de Lisboa e a Região do Algarve estão localizadas na área de maior risco sísmico. Embora a probabilidade de ocorrência de sismos fortes seja reduzida, o risco sísmico, especialmente na região de Lisboa, é relativamente elevado devido ao impacto negativo esperado. As principais zonas onde podem ocorrer sismos

são Setúbal, Algarve e Lisboa. No passado dia 26 de agosto, Portugal Continental acordou a tremer (com especial impacto nos distritos de Lisboa e Setúbal) com um sismo de magnitude de 5.3 na escala de Richter, não se tendo registado feridos nem danos materiais, mas trazendo à memória 1755 e 1969. Face ao exposto, a bancada do CHEGA em Loures apresentou uma recomendação ao executivo para a elaboração um plano especial de evacuação em caso de sismo.

O Folha Nacional em Portugal



Cultural

PREMIADOS E ESTRELAS DO CINEMA NO 1.º TRIBECA FESTIVAL LISBOA

O Tribeca Festival Lisboa, marcado para 17 a 19 de outubro no espaço Beato Innovation District, é a primeira edição na Europa do festival nova-iorquino fundado há mais de duas décadas pelo ator Robert De Niro e pela produtora Jane Rosenthal.

TEATRO NACIONAL SÃO JOÃO ABRE CONCURSO PARA ESCOLHER NOVA DIREÇÃO ARTÍSTICA

O Teatro Nacional São João (TNSJ) lançou um concurso público internacional para escolher o sucessor de Nuno Cardoso, cujo mandato como diretor artístico termina a 31 de dezembro. As candidaturas estão abertas até ao dia 13 de novembro.

LEIRENA LEVA ESPETÁCULO 'SOB A TERRA' A OITO LOCALIDADES DE SEIS DISTRITOS

O espetáculo "Sob a terra", criado por um consórcio artístico liderado pelo Leirena Teatro para alertar para comportamentos que originam incêndios florestais, vai iniciar uma nova digressão por oito localidades de seis distritos. Neste espetáculo, a companhia de teatro de Leiria conta com música de Surma ao vivo e desenho digital em tempo real.

Insólito da Semana

QUERES UMA MALA? SÓ SE FORES GIRA

Num voo de Leeds, no Reino Unido, para Alicante, em Espanha, uma passageira de 63 anos foi obrigada a pagar 75€ pela bagagem de mão que, segundo a mesma, cabia perfeitamente no espaço que lhe é devido. Maxiam Haughain, a 'vítima', afirma numa publicação, que fez nas redes sociais, que foi a única passageira a quem a companhia cobrou pela bagagem. Indignada, afirma que a 'taxação' se deve ao facto de não ser "jovem e atraente".

CANAL DE DENÚNCIAS

DÁ ESPAÇO À TUA VOZ E À TUA CIDADANIA!

euvi!

O canal seguro e confidencial para o cidadão.
Envia-nos a tua denúncia através do e-mail
euvi@folhanacional.pt

Capture o código QR e acompanhe Online ▶



O FOLHA NACIONAL É UMA PUBLICAÇÃO SEMANAL EM FORMATO IMPRESSO, PROPRIEDADE DO PARTIDO CHEGA. ACOMPANHA A MATRIZ DO JORNALISMO EUROPEU, DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DO COMBATE À CENSURA POSITIVA OU NEGATIVA E DA LUTA PELA MELHOR INFORMAÇÃO E MELHORES CONTEÚDOS. MARCA UM PENSAMENTO DE DIREITA CONSERVADORA NAS TRADIÇÕES PROGRESSISTA E AO MESMO TEMPO PATRIÓTICA EM MATÉRIA ECONÓMICA, NUMA PREMISSA DE QUE A ECONOMIA DEVE FUNCIONAR SEM O PESO EXCESSIVO DO ESTADO, SALVO EM MATÉRIAS DE INTERESSE NACIONAL, TAIS COMO A DEFESA NACIONAL OU A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS, COMO A ÁGUA OU A ENERGIA. DIRIGIR-SE A TODOS OS HOMENS E MULHERES DE PENSAMENTO LIVRE, QUE RESPEITEM OS VALORES FUNDAMENTAIS DA CIVILIZAÇÃO EUROPEIA, ASSENTES NA TRADIÇÃO JUDAICO-CRISTÁ.

DIRETOR NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA PATRÍCIA DE CARVALHO SUBDIRETOR RICARDO DIAS PINTO EDITOR BERNARDO PESSANHA EMAIL GERAL@FOLHANACIONAL.PT TELEFONE (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) +351 21 396 12 44 MORADA DA REDAÇÃO E DO EDITOR (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) RUA MIGUEL LUPI, Nº 12, 1200-725 LISBOA NIF 515 540 420 NÚMERO DE REGISTO ERC 127829 IMPRESSÃO EMPRESA GRÁFICA FUNCHALENSE, S.A RUA DA CAPELA NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO 50, 2715-311 PÉRO PINHEIRO SÍTIO OFICIAL FOLHANACIONAL.PT TIRAGEM SEMANAL 26 800 UNIDADES